

Sobre a concepção totalitária da vida¹

Silvio Ricardo Gomes Carneiro²

Resumo: A partir de uma *Weltanschauung* que envolve o conceito de vida, Hitler organizaria um dos capítulos centrais de sua obra autobiográfica *Minha Luta*, “Povo e Raça”. Seriam entre as formas de vida que se organizam os três grupos humanos – a saber, os fundadores, os depositários e os destruidores de cultura – que coabitam em competição pelo território do espaço vital. Em meio às interpretações de Hitler, surge então uma economia vitalista, pela qual justifica tanto o Estado quanto a Guerra totais. Diante deste cenário, surgem críticas como as de Marcuse, cujos esforços procuram enfrentar a usurpação de conceitos como vida, natureza e racionalidade pelo mito nazista das raças e dos povos. Neste campo, Marcuse encontra a psicanálise. Para alguns, tal encontro seria um retorno a um certo naturalismo distante das exigências críticas do período; contudo, é possível insistir que tal recurso a Freud evidencia uma crítica direta à economia vitalista que se arma a partir da *Weltanschauung* totalitarista.

Palavras-chave: Arianismo – Vida – Psicanálise – Estado Total – Marcuse.

“A preservação incondicional de seu objetivo, a mesma que só pode ser conseguida nas lutas sociais, leva a teoria permanentemente a confrontar o já alcançado com o ainda não alcançado e novamente ameaçado”
(Herbert Marcuse, *Filosofia e teoria crítica*)

Os elementos tratados neste artigo partem de algumas indicações traçadas por Herbert Marcuse em seu primeiro ensaio publicado na *Revista de pesquisas sociais*: “O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado” (1934). Nele, o fi-

¹ Texto apresentado no encontro *Latesfip* “Patologias do social: A razão diagnóstica em questão” (04/09/2009).

² Doutorando em Filosofia pelo departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Vladimir Pinheiro Safatle. Bolsista Fapesp.
E-mail: silvio_carneiro@yahoo.com.br.

lósofo procura tratar, entre outras questões, do discurso *vitalista* presente no que ele chama de “Visão do Mundo” (*Weltanschauung*) nazista. Trata-se de um tema caro ao pensamento marcuseano, caso lembremos que, desde seus primeiros escritos sobre Hegel, a filosofia da vida toma proporções consideráveis, ou mesmo, em tempos posteriores, quando Marcuse propõe o fortalecimento de *Eros* (uma forma sexualizada de vida) nas formulações de uma civilização não-repressiva.

A questão torna-se mais interessante quando percebemos uma tendência interpretativa desta temática marcuseana associando o vitalismo do filósofo às articulações inerentes ao nazismo. Não é por menos que Adorno chega mesmo a afirmar, em carta a Horkheimer, que Marcuse, orientado por Heidegger na juventude, não seria nazista apenas pelo decoro de ser judeu³. Ou ainda, já na segunda geração dos frankfurtianos, podemos encontrar em Habermas um questionamento em torno da violência revolucionária, argumentada por Marcuse com base no “direito natural” de resistência. Trata-se, para o crítico, de uma concepção complicada, pois, afirma Habermas, “quando a injustiça não está à vista de todos, quando a indagação não é uma reação das massas, (...) quando o conceito ainda não permeou a realidade, parece-me que a aplicação da violência não é mais do que subjetiva e apenas se rebaixa a meros critérios morais.”⁴ Para Habermas e grande parte da teoria crítica de sua geração, o apelo de Marcuse aos campos pulsionais do psiquismo humano – para se entender não apenas o mal-estar do capitalismo tardio, bem como as estruturas psíquicas dos protestos próprios à Grande Recusa – reflete o campo a-histórico, de base naturalizante e possibilitaria práticas políticas distantes das mediações históricas, apoiadas por um campo natural do direito de resistência. Para Alfred Schmidt, que acompanha Habermas neste sentido, é premente em Marcuse, em sua “ânsia de ação” transformadora da sociedade, um “conformismo pseudo-ativista”, cujos efeitos

3 Adorno a Horkheimer, 13 de maio de 1935, *apud* KELLNER, “Tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40”, nota 22, pp. 40-41.

4 HABERMAS et alli, *Respostas a Marcuse*, p. 17

maiores são as bases de sustentação de um intervertido “fascismo de esquerda”⁵. Isto porque, uma vez que a Grande Recusa está apoiada nos campos naturais, é possível encontrar um paralelo com a autoridade do totalitarismo, personalidade que está para além do bem e do mal, uma vez assegurado seu papel de condutor do povo na evolução *natural* da espécie.

Diante deste panorama, torna-se importante a análise das críticas marcuseanas ao fascismo, a fim de compreendermos de maneira mais apropriada não apenas a proposta crítica de Marcuse, mas, sobretudo, sua aproximação entre o discurso vitalista (derivado da psicanálise freudiana) e os campos históricos (em grande parte derivado do materialismo histórico) na composição de sua teoria social. Desta maneira, retomando o ensaio “O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado”, podemos encontrar um resumo da crítica marcuseana à versão totalitária da Filosofia da Vida, quando conclui que, na visão de mundo totalitária:

A “vida” como tal é um “dato primordial”, para além do qual torna-se impossível recuar e que escapa a toda fundamentação, justificativa e finalidade. A vida nesses termos se converte em reducto inesgotável de todas as forças irracionais. (...) Ao ver nesta vida “além do bem e do mal” o poder propriamente “formador da história”, se assume uma visão anti-racionalista e antimaterialista da história, que mostraria toda sua teoria do Estado total⁶.

Para entender melhor esta passagem, não gostaria de partir da análise do texto de Marcuse propriamente, mas de suas fontes. Para isso, procurarei ressaltar alguns aspectos do nazismo através de *Minha luta* de Adolf Hitler, sobretudo o capítulo “Povo e raça”. Neste texto, podemos encontrar as vertentes que reúnem

5 SCHMIDT, “Ontologia existencial y materialismo histórico en los escritos de Herbert Marcuse”, p. 30.

6 MARCUSE, *Cultura e sociedade*, p. 48.

o vitalismo nazista a uma teoria do poder, o que nos faz compreender a centralidade da concepção totalitária de “vida” no projeto hitlerista do Estado.

Hitler e o jardim da natureza

Pode-se questionar a apresentação de um texto como *Minha luta* com a finalidade de apresentar uma “visão de mundo”, dado o seu teor literário e analítico de pouca monta, diante de autores que elaboraram de maneira mais central os principais temas e políticas do III Reich. De fato, as linhas gerais desta obra de Hitler estão prenhes de ambiguidades e formulações assistemáticas para ideias cheias de consequências. No entanto, uma leitura mais atenta permite compreender algumas linhas de força da retórica hitlerista, sobretudo o “naturalismo irracional” que apóia muitas de suas passagens às justificativas de um Estado Totalitário e à “necessidade” de uma guerra de conquistas territoriais para manter a nação germânica em seu “espaço vital”. Mais do que nada, *Minha luta* é um exercício retórico que busca impor uma visão de mundo sobre as demais formas de vida. No entanto, como justificar a supremacia de uma forma de existência diante das demais?

No interior da concepção hitlerista da doutrina, *Minha luta* se ocupa de algumas leituras assistemáticas e tendenciosas de uma “economia vitalista”, em que a mão invisível da natureza é a verdadeira reguladora. Seria este o principal mote do capítulo “Povo e raça”, o último capítulo da Primeira Parte de *Minha luta* que prepara o leitor para a doutrina nazista, explicitada na Segunda Parte da obra. Mais do que os mecanismos reguladores da Economia e do Estado, seria a natureza que prepara o destino histórico dos homens. Neste caso, *natureza* e *vida* são quase sinônimas. Afinal, atentar aos princípios rigorosos e frios da natureza significa municiar-se em grande parte de informações com as quais o homem pode operar sua existência junto à natureza, em seu processo milenar de preservação e seleção da vida das espécies. Para Hitler,

os homens sem exceção erram pelo jardim da Natureza, convencidos de quase tudo conhecer e saber, e, no entanto, com raras exceções [*e Hitler seria, para ele próprio, uma delas*], deixam de enxergar um dos princípios básicos de maior importância na sua força efetiva [*Walten*], a saber: o isolamento das espécies de todos os seres vivos desta terra⁷.

Em geral, para o autor, os homens estão cegos ou ficam moralmente abalados diante do princípio maior, a saber: a força da natureza. Seria o reconhecimento da dinâmica natural no interior da organização das espécies que faria com que os homens compreendessem não apenas a ordem vital, deixando de passear ingenuamente por seu jardim, mas que compreendessem também seu próprio papel no meio natural.

Há diversas consequências fundamentais que dinamizam os argumentos de Hitler. Em primeiro, há uma divisão de espécies, conforme o *habitat* natural que ocupam; uma classificação cujo princípio é a relação orgânica com o meio. Em segundo, esta divisão é hierarquizada, instaurando uma gradação das espécies naturais entre fortes e fracas. Diante destas diferenças, a natureza é “mera espectadora, plácida e satisfeita”, deixando à capacidade de adaptação de uma espécie determinar o seu próprio destino vital. Daqui se depreende uma economia da natureza que regula as forças vitais através da conservação das espécies fortes e saudáveis, bem como através da extinção daquelas que não conseguem este estatuto. O curioso é que a natureza aparece ao mesmo tempo como aquela que é distante da vida dos seres, bem como a que é a mais próxima da mesma, dada a generalidade de suas formas penetrando em todos os viventes. Algo que opera tacitamente no produto milenar que é a existência. Enfim, a natureza “deixa viver”, e cabe às potências da vida dar conta de seu destino. Além disso, neste fluxo vital, o ciclo natural segue o instinto pelo qual, por um lado, uniformiza as disposições naturais, categoricamente divididas; por outro, conservando a proposição

⁷ HITLER, *Mein Kampf*, p. 311 (colchetes nossos).

anterior, coloca barreiras entre cada espécie e o mundo exterior, impedindo instintivamente um comércio maior entre os viventes, purificados em seus limites.

Mais curioso ainda, são os vetores pelos quais Hitler afirma uma articulação dos viventes com a natureza. Trata-se de dois impulsos, presentes *mutatis mutandis* desde as *Cartas estéticas* de Schiller, bem como nos primeiros ensaios metapsicológicos de Freud: a *fome* e o *amor*. Cabe aqui um esclarecimento: a noção de amor em Schiller e Freud é bem distinta daquela propagada por Hitler. Enquanto, para aqueles, o amor é um modo geral de ligação com a alteridade que vai além do instinto de conservação do eu – constatado pela fome –, Hitler segue apenas com o princípio de autoconservação, presente tanto na saciedade da fome como na satisfação sexual da procriação da espécie⁸. Segundo Hitler, a dinâmica entre fome e amor ditaria as espécies através da lei natural, que permanece intacta, nas camadas mais profundas da história das espécies. Isso se segue da seguinte afirmação de *Minha luta*:

A luta pelo pão cotidiano deixa sucumbir tudo o que é fraco, doente e menos resoluto, enquanto a luta do macho pela fêmea confere só ao mais sadio o direito ou pelo menos a possibilidade de procriar. Sempre, porém, aparece a luta como um meio de promover a saúde e a força de resistência na espécie e, por isso mesmo, uma causa para o seu próprio aperfeiçoamento⁹.

8 No entanto, é interessante lembrar também que as versões psicanalíticas que permaneceram no III Reich foram justamente aquelas que, de um modo geral, não abnegaram estes impulsos, identificando-se de certo modo com os apelos do regime, sobretudo, Adler, Jung, Harald Schultz-Hencke e John Rittmeister – um tema extenso, que nos desviaria aqui de nossa análise, mas que merece uma maior dedicação. Mas é interessante destacar esta passagem, para não nos esquecermos que, embora Freud e Hitler tivessem concepções distintas das pulsões, diferença que valerá aos frankfurtianos um aporte crítico contra o Nazismo, não significa que a psicanálise seja em si mesma um anteparo ao regime ditatorial. V. COCKS, *Psychotherapy in the Third Reich – The Göring Institut*.

9 HITLER, *Mein Kampf*, pp. 312-313.

Assim, podemos compreender a *economia vitalista* empenhada por Hitler a partir da luta premente na existência.

A luta das raças

Ora, a perspectiva hitlerista se apóia em um modelo de evolução natural das espécies. Contudo, este naturalismo traz mais complicações do que propriamente soluções à visão de mundo hitlerista. Afinal de contas, seria necessário justificar como a natureza, que há tanto tempo aprimora sua obra, ainda permite a existência dos inferiores – ou seja, por que as espécies superiores não assumiram até então a sua supremacia existencial, num percurso de milhares de anos? Seria a natureza incompetente e ineficaz para o serviço, sobretudo quando se trata da espécie humana?

No que toca à humanidade, Hitler aponta para uma promiscuidade da espécie. Entre os homens, a natureza opera no sangue, determinando raças fortes e fracas, bem como intermediárias. Mais do que isso, em um conjunto que se organiza no interior do campo natural, o homem consegue se compreender também como *povo*, a realização cultural da espécie humana. Decerto, a permanência dos povos inferiores é, para Hitler, apenas questão numérica, uma vez que a promiscuidade da miscigenação perpetua a impureza de sua espécie sem critérios seletivos e, conseqüentemente, com maior possibilidade numérica. Diante deste fato, a “sabedoria” da natureza preserva o destino dos superiores, impondo uma correção em favor do melhor, instaurando nos povos miscigenados, condições de vida difíceis bem como uma seleção prévia para a reprodução – o que seria comprovado pelo índice alarmante de mortalidade infantil entre povos inferiores. Assim, por um lado, Hitler não concebe a vida natural como uma história em linha reta: decerto, a evolução para os povos superiores é o destino, mas os processos de miscigenação permanecem como uma ameaça “quase mortal” aos processos evolutivos da natureza. Neste ponto, é interessante mencionar a admiração de Hitler pela colonização norte-americana, bem como sua explicação para a pobreza dos latino-americanos:

A América do Norte, cuja população, decididamente, na sua maior parte, se compõe de elementos germânicos [*dada a presença do protestantismo americano*], que só muito pouco se misturaram com povos inferiores e de cor, apresenta outra humanidade e cultura do que a América Central e do Sul, onde os imigrantes, quase todos latinos, se fundiram em grande número, com os habitantes indígenas [*Hitler desconhecia o papel das bandeiras paulistas...*]. Bastaria este exemplo para fazer reconhecer clara e distintamente, o efeito da fusão das raças. O germano que permanece com a raça pura e sem mistura do continente americano elevou-se até a dominação deste território; ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura de sangue¹⁰.

Esta admiração de Hitler pelos americanos colonizadores apresenta em grande parte o teor da luta pela existência no seio da existência humana. Porém, a natureza não segue um destino progressivo sem “percalços”. Pelo contrário, sempre haverá na luta pela vida, a existência iminente do desvio. Cabe ao ente superior reconhecer esta lei e, a qualquer custo (seja pelo sacrifício do outro, seja pelo próprio), preservar o *espaço vital* de sua espécie.

Estas são as bases para Hitler indicar a posição de um Estado Total, misturando enfim, a economia vitalista ao campo do poder. Toda a retórica de Hitler apela aos homens que deixem a natureza fazer o seu trabalho, a fim de que a visão do mundo do mais forte se estabeleça. Assim, é preciso unicamente preparar-se para o combate não contra a natureza, mas contra aquilo que de fato ameaça as formas de existência: as raças inferiores. Isto porque, muito embora o espaço vital seja um elemento fundamental na doutrina, não se pode compreender que o destino da humanidade seja determinado por influência do meio, exclusivamente. Há uma natureza anterior, cujo imperativo se manifesta na determinação racial.

10 HITLER, *Mein Kampf*, pp. 313-314 (colchetes nossos).

Assim, por “mais poderosa que possa ser a influência do solo sobre os homens”, diz Hitler, “seus efeitos sempre hão de variar segundo as raças. (...) A mesma causa que a uns leva a passar fome, provoca a outros o estímulo para trabalhar com mais afinco”¹¹. Ou seja, a vida deixa a neutralidade do espaço vital e atende ao chamado da sobrevivência, organizado pelas forças que uma determinada raça tem em determinar o sentido de ocupação daquele espaço vital. Assim, mesmo em um estado de miséria – como a Alemanha de Weimar, cuja inflação galopante indicava os limites da política liberal ou social-democrata em reerguer a nação alemã do Pós-Primeira Guerra – seria possível reerguer um povo em sua soberania mundial. Tudo é uma questão de imposição da concepção de mundo sobre as demais formas de existência.

Aqui podemos encontrar outra articulação retórica de Hitler, que indica de maneira mais radical, a relação entre o fluxo vital e a visão totalitária de Estado. Trata-se da divisão da espécie humana em três classes: os *fundadores* (*Kultur-begründer*), os *depositários* (*Kulturträger*) e os *destruidores* (*Kulturzerstörer*) de Cultura. Evidentemente, os fundadores seriam, para Hitler, pertencentes à raça ariana. Sobre isso, o interessante é o percurso retórico que Hitler segue para comprovar sua noção. De início, ele já parte do ponto em que não deseja comprovar isto historicamente, o que demonstra uma certa inteligência do autor, visto as dificuldades que uma cronologia histórica do arianismo traria para comprovação... Diante disso, o caminho que toma é a hipótese da ausência histórica do arianismo. Explica-se: imaginem uma sociedade sem as marcas da cultura ariana: para Hitler, não haveria ciência e sequer uma organização política da sociedade; de modo que, sem a raça ariana na história, o homem retornaria às trevas; ou pior, as grandes conquistas civilizatórias do homem contemporâneo deixariam de existir. Portanto, seria a raça ariana a protagonista principal das *ondas civilizatórias* da história, a qual segue a lógica de ascensão e queda de impérios.

Como isso ocorre? Como a raça fundadora de culturas pode perder as rédeas de seu destino? Segundo o autor de *Mein Kampf*, a inteligência da raça

11 HITLER, *Mein Kampf*, p. 316.

ariana não estaria em sua intelectualidade, na teorização do mundo etc., mas em sua capacidade natural de organização e administração das demais formas de vida. Isto posto, o sucesso ou fracasso do povo ariano está na sua relação com outros dois tipos de vida. O primeiro ocorre com a *raça depositária*, uma forma de existência inferior incapaz de organizar sua existência própria, de tal maneira que é facilmente aliciada pela administração ariana. É o caso do Japão, cuja “base da vida real”, a capacidade produtiva, não seria própria, mas com bases européia e norte-americana – ariana, portanto¹². Nesta relação entre as raças fundadoras e as raças depositárias de Cultura, determina-se o destino de um império. Trata-se de um regime de ocupação pelo qual a organização ariana opera sobre a raça depositária, utilizada para os grandes avanços da humanidade. Outrora escravos, tomados desde a consagração do *Reich* como parceiros econômicos e militares, uma coisa é certa para Hitler: a “cultura básica da humanidade se apoiou menos no animal doméstico do que na utilização de indivíduos inferiores”¹³. A organização de vidas seria, pois, o princípio pelo qual os arianos conquistaram recursos técnicos para os avanços culturais, superando assim a falta de recursos de um território ocupado por seres inferiores. Da miséria estabelecida, o ariano seria “criativo” o suficiente para implantar sua forma de vida.

Além disso, o povo ariano opera uma segunda relação com a forma *destruidora* de Cultura. Aqui se identifica, sobretudo, o povo judeu. Se com os povos depositários, os arianos encontravam um lugar acessível para suas conquistas e crescimento, os povos destruidores de cultura são os que fornecem uma resistência ao aliciamento ariano. Não porque são tão fortes quanto os arianos, o que seria um argumento contrário às proposições hitleristas, mas sim, porque a forma de vida dos destruidores é astuciosa, vivendo como um “estado dentro do estado”. Ou seja, para Hitler, trata-se de uma configuração inferior e parasitária de vida, que suga todas as riquezas alheias para proveito próprio. É neste sentido que os judeus, segundo *Mein Kampf*, representariam a figura do destruidor de

12 HITLER, *Mein Kampf*, p. 316.

13 HITLER, *Mein Kampf*, p. 323.

cultura. Afinal, neste modelo parasitário está presente a marca da miscigenação. Decerto, é esta raça que mistura a uniformidade das espécies, não só desafiando as leis naturais como também providenciando o enfraquecimento das raças superiores, ao retirar a divisão clara entre fortes e fracos, entre os soberanos e os inferiores. Mais do que apenas o modo parasitário de vida, os povos destruidores de cultura asseveram um novo modo de existência, em que a sobrevivência imediata é a base de toda a ação vital, de modo que todo o sentido de coletividade, presente no princípio ariano de “sacrifício do eu pela coletividade”, é implodido. Enfim, os povos destruidores da cultura são denominados assim por Hitler devido ao fato de que seguem diretamente o contra-fluxo dos povos fundadores de cultura. São, portanto, peças essenciais para explicar a dinâmica de ascensão e queda das ondas civilizatórias.

A crítica da economia vitalista de Mein Kampf

Barbarismos intelectuais à parte, no interior da retórica de Hitler, os povos destruidores seriam paradoxalmente essenciais para manter os princípios da economia vitalista, um dado positivo que mobilizaria toda coletividade ariana em dois sentidos. O primeiro, pela formação do Estado total, em que estão congregados todos os povos superiores, ou mesmo, as raças depositárias que lhe seriam agregadas. O segundo, pelo estabelecimento de guerra total contra toda forma parasitária de existência, de modo que se mantenha a força ariana como um bloco único, impedindo que as barreiras estabelecidas naturalmente entre as raças humanas sejam rompidas.

Deste modo, a concepção totalitária de vida implica em grande medida na organização natural das espécies. Percorre nesta “visão de mundo” um equilíbrio natural que não permite territórios suspensos de indeterminação, ou ainda, ao menor sinal de ambivalências categoriais, todas as formas superiores de vida devem se organizar e até se sacrificar para extirpar o perigo de destruição da hierarquia estabelecida. Trata-se, como lembra Carl Schmitt em seu *O conceito de político*, não de uma mera luta existencial entre a vida e a morte, mas de uma luta entre vida e vida, pela sobrevivência do melhor.

Marcuse indicaria neste argumento uma usurpação do conceito de vida pelo reino nazista, a evocação de um território anterior a qualquer manifestação humana, um pólo positivo doador de sentido não apenas à vitória como também ao eventual fracasso da raça superior, um lugar que aponta para o “além do bem e do mal”. Neste campo, não há como estabelecer uma pragmática discursiva moderna para organizar as forças políticas em questão. Para a crítica, não se trata mais de um trabalho de esclarecimento, em que o crítico desvela as armadilhas ideológicas dos aparatos culturais das estruturas de dominação em uma sociedade dividida em classes. O alvo é a organização da economia vitalista, baseada na irracionalidade da natureza, a qual justifica a hierarquia das formas de existência, estabelecendo os lugares naturais na organização do poder. Passagem que exige novas rearticulações de uma teoria crítica da sociedade como Marcuse e os demais frankfurtianos haviam constatado. Afinal como estabelecer uma crítica ao que se funda no absurdo, ao que justifica as grandes obras da civilização no território que está aquém e além de qualquer racionalidade?

Não é por menos que Marcuse caracteriza a relação do *Instituto de Pesquisas Sociais* nos anos 1930 com a metapsicologia freudiana como algo absolutamente necessário¹⁴. Embora estejam preservadas as categorias do marxismo, Marcuse compreende a necessidade de subverter uma teoria crítica restrita ao despertar da consciência de classes. Haveria um extrato profundo das relações sociais e das formações subjetivas que opera em uma economia ao menos paralela com a rede social de troca de mercadorias e exploração do trabalho alheio. Basta ver como a própria classe trabalhadora no episódio alemão se comportou diante das figuras do fascismo. Haveria algo de sedutor na visão totalitária de mundo e sua concepção de vida. É neste sentido que a psicanálise se faz necessária. Mais do que um apelo psicológico às instâncias sociais do fascismo, mais do que caracterizar a figura do *Führer* como uma exceção desvairada ou astuciosa própria ao ditador arbitrário que conquista corações e mentes, a psicanálise inaugura um discurso crítico sobre as enunciações que se colocam além e aquém da racionalidade.

14 HABERMAS, *Conversaciones con H. Marcuse*, p. 17.

É neste sentido, que em muitas passagens do ensaio “O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado”, a crítica marcuseana se aproxima de uma interpretação da realidade do pesadelo totalitário. De fato, Freud ensina aos frankfurtianos que há uma linguagem dos extratos profundos da humanidade a ser decifrada, apesar de ser permanente reprimida pela construção social consciente. Seria no sonho, ou melhor, no caso fascista, no pesadelo que se fez realidade do totalitarismo, que esta linguagem se efetiva. Estão ali contidas as representações e os sentimentos associados a uma noção primária de vida, uma força pulsante que se justifica por si só, que destrói, conserva ou funda modos de existência.

Portanto, é preciso analisar os discursos do fascismo como um sonho ruim e, como em toda linguagem onírica, tal como *A interpretação dos sonhos* apreende, decifrar seus conteúdos latente e manifesto, elementos centrais da gramática psíquica. Com isso, não se afirma que, diante do fenômeno totalitário, o teórico crítico tenha como tarefa decifrar as camadas profundas da humanidade, como um teólogo em busca dos sinais de Deus na criação. Ou seja, a operação não é simplesmente desvelar o que está inscrito no fundo do que é dito, mas recuperar a força interrompida da linguagem. No caso do sonho, a interpretação de suas imagens e palavras é dividida entre aquilo que é dito (o conteúdo manifesto, carregado pela memória) e o que Freud denomina “pensamento onírico” (ou seja, as associações próprias ao sonho que configuram um conteúdo latente)¹⁵. Assim, a imagem de um conteúdo manifesto de uma figura feminina sugere ao psicanalista apenas isto. Mas, quando o paciente nega a hipótese de que tal figura seja sua mãe, algo da ordem do conteúdo latente se apresenta. Afinal, por que, em meio a narrativa do sonho, uma observação como esta aparece? Intromissão das teorias psicanalíticas, objetariam alguns. Mas, mesmo assim, por que o exercício da narrativa se submete a este desvio? Portanto, é a esta estrutura labiríntica que Freud denomina “conteúdo latente”. E no caso do totalitarismo?

15 FREUD, *A interpretação dos sonhos*, p. 276.

São sugestivas as passagens do ensaio marcuseano, em que o combate ao liberalismo é apresentado como, simultaneamente, fundamental e falso. Fundamental porque, como o título do ensaio marcuseano indica, o principal alvo da economia vitalista é a visão de mundo liberal. Seria contra um tipo de *fraqueza* burguesa da astúcia calculada da troca de mercadorias como forma parasitária de sobrevivência (algo que a imagem de Hitler associa aos judeus) que, em geral, a concepção totalitária de vida se volta. Mais ainda, seria no combate às fraquezas liberais de 1789 e sua herança apreendida pelo marxismo, que a guerra total se justifica. Assim, tudo leva a crer que a concepção totalitária de vida é uma espécie de anti-liberalismo, de modo que o liberalismo seria uma espécie de “fundamento negativo” do totalitarismo. Entretanto, Marcuse lembra o quanto esta oposição é aparente, como a negação da figura materna nos sonhos do paciente. Afinal, no combate entre a forma de vida totalitária e a forma de vida nomeada pelos fascistas como “liberal”, são duas visões de mundo que se opõem: uma imagem mítico-heróica do que é a vida em contraposição a outra imagem tratada como parasitária de um burguês liberal que absorve para si todas as categorias, incluindo aquelas que lhe são opostas, como o marxismo. Como quem vive em um pesadelo, o discurso totalitário da vida lança no fantasma do liberal tudo o que lhe ameaça, de modo a, como lembra Marcuse, abstrair toda a concretude histórica desta imagem fantasmática, beirando a puras manifestações de difamação do “inimigo político” do totalitarismo¹⁶. Em termos freudianos, seria este o conteúdo manifesto do termo “liberalismo” no pesadelo fascista.

16 MARCUSE, *Cultura e sociedade*, p. 51. Uma observação importante, Marcuse não trata a composição do totalitarismo nestes termos oníricos. Contudo, esta gramática não é estranha a Marcuse, uma vez que, por um lado, é declarada a aproximação de seu pensamento nesta época. Por outro, as abordagens psicanalíticas não eram próprias ao papel de Marcuse na divisão de trabalho interna ao *Instituto de Pesquisas Sociais*. Mais próximo ao historiador das ideias e crítico da ideologia, Marcuse organiza seu discurso no interior de uma história da razão diante do vitalismo presente no totalitarismo. Um discurso que se dissolve aos poucos e ganha complexidade psicanalítica evidente, apenas em seu último ensaio publicado na revista do *Instituto* “Para uma crítica do hedonismo”.

Entretanto, na análise de Marcuse, seria o conteúdo latente presente nesta abstração o mais decisivo, justamente “por aquilo que por essa via seria oculto e mantido em segredo”¹⁷. Seria na negação da visão do mundo liberal, como uma forma de vida ameaçadora para a vida ariana, que se consolida a verdade e o gozo próprio a quem vivencia o pesadelo totalitário. Afirmando-se pelo que deve ser combatido, a visão de mundo totalitária oculta sua relação com o que está a ser negado. Explico-me: ao combater uma imagem fantasmática de seu inimigo político, o totalitarismo abstrai a concretude do liberal, sua “historicidade”, como afirma Marcuse¹⁸. O burguês liberal contra o qual luta é apenas o “mascate”, uma representação de uma burguesia que o próprio desenvolvimento econômico se encarregou de extinguir. Marcuse lembra do discurso invertido do liberal Gentile a Mussolini, afirmando que o liberalismo só pode ser preservado pelas mãos de um Estado forte e não pela maneira como os próprios liberais procuram defender-se. Que tipo de inversão é esta em que o declarado inimigo político se identifica com seu algoz? Para Marcuse, é rasteira a análise psicologizante do instinto de sobrevivência e preservação de prestígio social, ou da mera troca de interesses entre o ditador e seu seguidor. Se há uma relação, ainda que desviada, é porque há uma aproximação entre os opostos. Assim, se o conteúdo manifesto dos discursos vitalistas do ditador totalitário coloca como ameaça o liberal burguês, é bem verdade que o conteúdo latente deste discurso preserve a identidade com seu oposto: “a estrutura econômica e social do liberalismo”¹⁹, a saber: a manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Em outras palavras, se por um lado o inimigo político é o mascate que troca mercadorias, por outro, o que se preserva é o empreendedor que faz de cada parte da nação uma empresa de si mesmo. É neste sentido que, nas palavras de ódio dirigidas ao burguês liberal, permanece confortável o verdadeiro liberal, ao gozar de seu infortúnio, ao garantir seu mundo privado em detrimento de todos os fantasmas que o ameaçam.

17 MARCUSE, *Cultura e sociedade*, p. 52.

18 MARCUSE, *Cultura e sociedade*, p. 51.

19 MARCUSE, *Cultura e sociedade*, p. 52.

Neste sentido, o ensaio “O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado” é muito menos uma análise dialética da história da razão aos moldes hegeliano-marxistas do que propriamente uma análise da forma discursiva do totalitarismo. Algo que se percebe em Marcuse, anos depois, ao retomar o conceito de vida, não como se encontra nos discursos fascistas, mas como uma forma emancipada de existência. Afinal, não se trata de notar a vida apenas em seu sentido usurpado: como um puro antirracionalismo, como uma linguagem interrompida pelo pesadelo que foi a experiência totalitária do século XX. De outro modo, deixar com que *Eros* se expresse, com sua racionalidade sensível, reconhecida em sua gramática própria não seria um dos principais objetivos de *Eros e Civilização*? Mas como despertar *Eros* de seu pesadelo totalitário? Longe de uma Guerra Total que faz da vida uma empreendedora conquistadora, Marcuse concebe uma vida que está na “luta política” capaz de articular e reconhecer as variações de suas formas de existência.

On totalitarian conception of life

Abstract: Following a *Weltanschauung* that involves a concept of life, Hitler has organized one of central chapters of his autobiography *My Struggle*, named “Nation and Race”. Three human groups – to know, the founders of culture, the bearers of culture, the destroyers of culture – would be organized as forms of life. These three groups cohabit in competition for the territory of living space. With Hitler’s interpretations, come up then a living economic, that justifies the Total State or the Total War. In front of this horizon, appear critiques as Marcuse, which efforts intend to face the usurpation of concepts as life, nature and rationality by Nazi myth of race and nation. Into this field, Marcuse meets psychoanalysis. Someone considers this meeting as a return to some naturalism too far from the critical exigencies of this time; however, it is possible to insist that this resource to Freud makes evident a straight critic to a living economic operated from a totalitarian *Weltanschauung*.

Keywords: Arianism – Life – Psychoanalysis – Total State – Marcuse.

Referências bibliográficas

- ABROMEIT, John. “The Vicissitudes of the Politics of «Life»: Max Horkheimer and Herbert Marcuse’s Reception of Phenomenology and Vitalism in Weimar Germany”. In: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/1833/The%20Vicissitudes%20of%20the%20Politics%20of%20Life%20written%20version.pdf?sequence=1> – site visitado em 10/01/2011.
- CARNEIRO, Silvio R. G. *O Discurso Ontológico e a Teoria Crítica de Herbert Marcuse: Gênese da Filosofia da Psicanálise (1927-1955)*. Dissertação de mestrado em Filosofia, 2008. In: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-21012009-103514/pt-br.php> - site visitado em 10/01/2011.
- COCKS, G. *Psychotherapy in the Third Reich – The Göring Institut*, New York: Oxford University Press, 1985.
- FREUD, Sigmund. *A Interpretação dos Sonhos*. Trad. Walderedo I. de Oliveira. São Paulo: Imago, 2001.
- HABERMAS, J. “Presentación”. In: HABERMAS, J. et alli. *Respuestas a Marcuse*, Barcelona: Editorial Anagrama, 1969.
- _____. *Conversaciones con H. Marcuse*. Trad. Gustau Muñoz. Barcelona: Gedisa, 1978.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Centauro, 2005.
- HITLER, A. *Mein Kampf*. In: <http://www.harrold.org/rfhextra/download/Adolf%20Hitler%20%20Mein%20Kampf%20-%20German.pdf> (site visitado em 03/09/2009).

- KELLNER, D. “Tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40”. In: MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- KERSHAW, I. *Hitler: um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- MARCUSE, H. *Cultura e sociedade*, vol. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Cultura e sociedade*, vol. 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Eros and Civilization - A Philosophical Inquiry into Freud*. Boston: Beacon Press, 1966.
- SCHMIDT, A. “Ontologia existencial y materialismo histórico en los escritos de Herbert Marcuse”. In: HABERMAS, J. et alli. *Respuestas a Marcuse*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1969.
- SCHMITT, C. *The Concept of Political*. Chicago: Chicago University Press, 2007.
- WIGGERSHAUS, R. A. *Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.